



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**PARECER SJRJ 1846500**

Sra. Diretora da Secretaria Geral,

Trata-se de procedimento licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019, para Contratação, pelo período de 30 (trinta) meses, de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores marca Otis Regenerativo e Sem Engrenagem modelo GEN2 Confort, com reposição de peças e componentes, instalados no Bloco B do Forum Marilena Franco, localizado na Av. Venezuela 134, Centro, RJ, conforme Anexo I (Termo de Referência), em consonância com as justificativas, Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1821320 e Termo de Referência - Serviços sem mão de obra - Lei 14.133/2021 - SJRJ 1823353 elaborados pela Subsecretaria de Infraestrutura.

Frise-se que a pertinência do objeto em epígrafe já foi avaliada pela Administração, tendo sido aprovada sua continuidade e registrado o **ID da Programação: 415 PCA do PNCP 2026**, conforme informado no Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1821320.

Dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1821320, destacamos:

**01. Identificadores e Objeto**

**ID da Programação: 415 PCA do PNCP 2026**

**Objeto: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, DOS ELEVADORES OTIS INSTALADOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO NA UNIDADE AV. VENEZUELA - BLOCO B**

**02. Descrição da Necessidade da Contratação**

A necessidade da contratação se dá afim de manter os equipamentos em condições operacionais plenas, condição necessária para minimizar os riscos em potencial aos usuários, assim como, atender à legislação quanto à demanda por manutenção especializada.

Os benefícios almejados para tal contratação são:

- 1) Permitir que os elevadores sejam conservados de forma consistente e de acordo com as especificações exigidas pela SJRJ;
- 2) Permitir a operação regular dos elevadores, para que seja possível o transporte de materiais e usuários entre andares durante as atividades da SJRJ no prédio.

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar consiste na contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças e componentes, destinados aos elevadores instalados no Bloco B do Fórum Marilena Franco, localizado à Avenida Venezuela, nº 134 – Gamboa – Rio de Janeiro/RJ.

Os elevadores do Fórum Marilena Franco são utilizados de forma contínua e intensiva por magistrados, servidores, colaboradores terceirizados, estagiários, jurisdicionados e público externo, inclusive pessoas com

mobilidade reduzida, constituindo equipamentos essenciais ao funcionamento regular da unidade.

O uso frequente desses equipamentos provoca desgaste natural de seus componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, exigindo da Administração atenção permanente quanto à execução de manutenções preventivas e corretivas, de modo a assegurar a segurança dos usuários, a confiabilidade operacional e a continuidade das atividades institucionais.

Ressalta-se que não há, no quadro de pessoal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, servidores com capacitação técnica específica ou atribuições funcionais voltadas à execução de serviços especializados de manutenção de elevadores, os quais demandam conhecimento técnico próprio, observância rigorosa de normas técnicas e procedimentos específicos do setor.

Em razão disso, torna-se necessária a contratação de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório, a fim de assegurar a continuidade dos serviços atualmente prestados, evitar a descontinuidade contratual e mitigar riscos à segurança dos usuários e à acessibilidade vertical do edifício.

Durante a execução contratual, não haverá empregados da contratada em situação de subordinação à Administração, uma vez que todas as atividades estarão expressa e claramente definidas no Termo de Referência, inexistindo exigência de pessoalidade, cabendo à contratada a livre gestão, indicação e eventual substituição de seus empregados.

O perfeito funcionamento dos elevadores é indispensável para a manutenção das rotinas administrativas e jurisdicionais do Fórum Marilena Franco, sendo a paralisação ou o funcionamento inadequado desses equipamentos potencialmente gerador de prejuízos diretos às atividades do órgão, além de comprometer as condições de acessibilidade e segurança dos usuários.

Os serviços de manutenção deverão observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, em especial aquelas relativas à segurança, acessibilidade, operação e manutenção de elevadores, bem como a legislação vigente pertinente à matéria.

**MACRODESAFIO:** Garantia dos Direitos de Cidadania (GADC)

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Garantir direitos de inclusão e acessibilidade a todos.

Contratação de serviços pelo período de 30 (trinta) meses, de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes, dos equipamentos instalados no bloco A do Fórum Marilena Franco à Av. Venezuela, 134 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

## **06. Descrição da Solução**

6.1 Ciclo de Vida: de 1 a 3 anos

6.1.1 Caráter da Despesa deste Objeto: Definitivo

Pagamento Integral dentro do Exercício: Não

Necessidade de Formação de Lote por Motivos Técnicos: Não

Necessidade Técnica de Indicação de Marcas/Fabricantes Específicos: Sim

Justificativa: Os elevadores são da marca Atlas Schindler e têm características de regeneração elétrica e caixa sem engrenagem e possui vários itens específicos com fornecimento, s.m.j., eXclusivo do fabricante. Portanto, a indicação dessa marca ocorre para indicar que os elevadores a

serem mantidos devem ser alvo de procedimentos e peças que atendam aos padrões do fabricante.

Necessidade de Alocação de Mão de Obra em Caso de Serviço: Não

#### **07. Demonstrativos dos Resultados Esperados**

Garantir a plena operação do(s) elevador(s) já existente(s) e permitir acessibilidade e o transporte de pessoas e materiais no(s) prédio(s).

#### **08. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação**

O objeto é indivisível em cada casa de máquinas, já que o objeto deve ser caracterizado legalmente como de responsabilidade Contratada única em cada casa de máquinas e/ou equivalente.

O objeto será, entretanto, fracionado quanto a sua execução em serviços de periodicidade e pagamentos mensais.

#### **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A proposição dessa contratação se dá para substituição do contrato TC 16/2021 (0363720), do processo 0002392-94.2025.4.02.8001.

#### **11. Critérios de Sustentabilidade**

A Contratada deverá observar e adotar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços de forma a atender ao Termo de Referência elaborado. Tal documento a observação de várias normas e aspectos a serem atendidos em relação a tal demanda, de forma a redução do impacto ambiental.

#### **12. Impactos Ambientais**

Geração de resíduos sólidos comuns aos serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva, com previsão de descartes de resíduos, utilizando formulário do INEA (MTR – Movimentação de Transporte de Resíduos).

#### **13. Contratação Anterior/Processo Administrativo**

0002392-94.2025.4.02.8001

#### **14. Parecer Conclusivo sobre a Viabilidade da Contratação**

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução, ora descrita, apresenta-se como tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

O Análise de Risco - Contratações 279 (1821321) apresenta como risco: **INTERRUPÇÃO DO TRANSPORTE VERTICAL NO BLOCO B DA UNIDADE VENEZUELA DA SJRJ e FALHA NA OPERAÇÃO DO(S) ELEVADOR(ES)**, classificados como MÉDIO.

Consta ainda, o seguinte Despacho SJRJ 1823519 :

Face ao exposto pelo despacho 1616080, encaminhamos a solicitação de contratação dos serviços de manutenção dos elevadores que atendem ao bloco B do Foro da Av. Venezuela, 134.

Destaca-se que a vigência contratual da Contratação em vigor tem previsão de término para 01/08/2026 e, por isso, encaminha-se para os trâmites relacionados a licitação com a maior celeridade possível, de modo a evitar o desligamento desses equipamentos devido a falta de cobertura dos serviços de manutenção.

Devido a urgência que se requer, o preço de referência utilizado para estimar o preço de referência para contratação está descrito no ETP 1821320, que é o preço atualmente praticado para a prestação desse serviço pela contratação atual, devidamente reajustado pela inflação do período, deixando a critério

da SECOT julgar sobre a necessidade de cotações adicionais para formação de preço.

Consta a juntada do Mapa Comparativo de Preços com propostas (1832817) elaborado pela Seção de Cotação/Assessoria de Governança de Licitações e Contratações/SCM, em 11/06/2026, com a observação de *Não foram encontradas contratações de outros Órgãos com as mesmas especificações*.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informou, conforme Despacho SJRJ 1833917:

De ordem, informo que a despesa consta da base contratual, associada ao ID 576-SIE, tendo sido incluída em todas as projeções e estimativas, razão pela qual sugiro o prosseguimento.

Apresento a classificação econômica da despesa para análise pela SEACO:

- Ação: JC /168.312

- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.16

A Seção de Orientação e Conformidade Contábil, por meio da Informação SJRJ 1834282, relatou que a classificação indicada pela SOF, encontra-se em consonância com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Por meio do Despacho SJRJ 1842893 desta Subsecretaria, foi solicitado à Subsecretaria de Infraestrutura que aprofundasse as justificativas técnicas sobre a necessidade da exigência de atestado de capacidade técnica que tenha como objeto elevador da linha regenerativa e de *mesmo fabricante do modelo especificado* (OTIS REGENERATIVO e SEM ENGRENAGEM Modelo GEN2 CONFORT).

Em resposta, a Seção de Manutenção de Equipamentos Mecânicos/SIE emitiu o Despacho SJRJ 1843871, abaixo transcrito:

À SIE e SJA,

Trata-se da instrução solicitada pelo despacho SJA 1842893, para elaborar sobre a exigência de atestado técnico que tenha como objeto elevador da linha regenerativa e de mesmo fabricante do modelo que equipa o prédio Bloco B do Foro da Venezuela.

Frente a complexidade (e, portanto, especificidade) mais elevada de um equipamento com tecnologia regenerativa e sem casa de máquinas quando comparado a um equipamento convencional, tal exigência foi colocada para garantir que a empresa a ser Contratada tenha nível de conhecimento adequado acerca dos procedimentos de manutenção específicos que são típicos do fabricante do equipamento para aquela linha de produtos.

Cabe explicar que cada fabricante pode demandar métodos diferentes como boas práticas para executar ações análogas, a depender da filosofia de projeto adotada na sua construção e dos componentes peculiares a cada tipo de aparelho. Por vezes, ainda, cada fabricante pode requerer o uso de ferramentas específicas/customizadas para a execução de algumas ações de manutenção.

Em outros termos, a exigência foi colocada para mitigar o risco de latência excessiva no atendimento a eventos de manutenção. Quando a empresa Contratada não tem proficiência nas boas práticas do fabricante ou nas tecnologias embarcadas no equipamento, os prazos de atendimento tendem a ser mais dilatados e incompatíveis com as necessidades do órgão, podendo incorrer na desativação temporária dos equipamentos até a regularização.

Em paralelo, a exigência também foi colocada para aumentar a probabilidade de que a empresa a ser Contratada já tenha consolidadas as opções de fornecedores das peças demandadas especificamente pelo tipo de elevador em questão. Ou seja, aumentar a probabilidade de que a Contratada disponha de uma cadeia de suprimentos (*supply chain*) já consolidada.

Sublinha-se que, diferente do que ocorre no caso dos elevadores que equipam o bloco A, nesse caso não é necessário que a empresa tenha experiência no

modelo particular que é utilizado no prédio, apenas na mesma linha de equipamentos do fabricante a que pertence o equipamento. Em outras palavras, solicita-se apenas que as licitantes tenham experiência na família de produtos a que pertencem os equipamentos que atendem ao bloco B.

A Diretora da Subsecretaria de Infraestrutura ratificou o Despacho SJRJ 1843871 e concluiu (Despacho SJRJ 1846412):

[...]

Diante do exposto, conclui-se que a exigência de comprovação de experiência em equipamentos da mesma linha tecnológica do fabricante visa assegurar a adequada execução dos serviços de manutenção em equipamentos de maior complexidade técnica, dotados de tecnologia regenerativa e sem casa de máquinas. Contudo não se exige experiência no modelo exato instalado no edifício, mas apenas em equipamentos dotados com a mesma tecnologia do fabricante, requisito compatível com a complexidade dos serviços a serem executados e proporcional aos riscos que se pretende mitigar.

No que tange ao **Termo de Referência (1823353) sugerimos:**

- Subitem 2.2: Alteração do ano na citação do Plano de Contratações Anual;
- Numerar o título 3: “DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO”;
- Subitem 5.1.11.: Alterar a referência à Resolução 425/98, que foi revogada pela RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 (alterada pela Resolução Nº 1.160, de 11 de dezembro de 2025);
- 7.6.1.: excluir “(art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).”

Em relação às minutas de **EDITAL (1834314)** e **TERMO DE CONTRATO (1836913)**, cumpre informar que atendem aos dispositivos legais em vigor, com fulcro na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019 e nº 11.462/13. No entanto, sugerimos a seguintes adequação:

**Termo de Contrato (1836913)**

Acrescentar nos subitens 8.2 e 8.4 da Cláusula de Garantia, a seguinte modalidade:

*IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)*

No que tange ao Anexo II - Planilha de Preços, parte integrante do Edital, os quantitativos e respectivos valores dos itens foram elaborados pela AGLI/Subsecretaria de Contratações e Material, unidade responsável pela análise prévia à eventual publicação do edital.

Informamos, ainda, que o objeto da contratação (ID da Programação: 415) consta do o Plano de Contratações Anual 2026 da SJRJ ( R\$ R\$ 129.000,00 - [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)), **devendo, oportunamente, ser adequado.**

Em face do exposto, entendemos não haver óbice ao prosseguimento da presente solicitação, com vistas ao início do devido torneio licitatório, após atendidas as sugestões contidas neste Parecer.

Por fim, ficam designados os servidores, na forma abaixo indicada, para a gestão e fiscalização do contrato a ser firmado no presente processo, em conformidade com o art. 117, da Lei 14.133/21 (1821322):

GESTOR - CONTRATO	Titularidade	Matrícula
-------------------	--------------	-----------

Angela Roquete Kaulino		Titular	RJ13145
Taciano Basilio Campelo		Suplente	RJ14345
Delson dos Santos		Suplente	RJ14387
Rafael dos Santos Roque		Suplente	RJ18565
FISCAL TÉCNICO - CONTRATO	Área de Atuação	Titularidade	Matrícula
Delson dos Santos		Titular	RJ14387
Rafael dos Santos Roque		Suplente	RJ18565
Moisés Pitangui Maia		Suplente	RJ12638
Maria Luiza Alves de Aquino		Suplente	RJ13107
Walter Luiz de Miranda Rodrigues		Suplente	RJ14465

Ficam, ainda, designados os servidores abaixo indicados, no mínimo de 3 (três), para comporem a Comissão de Recebimento do objeto do contrato:

<b>COMISSÃO DE RECEBIMENTO</b>
DELSON DOS SANTOS
RAFAEL DOS SANTOS ROQUE
MOISÉS PIGANGUI MAIA
MARIA LUIZA ALVES DE AQUINO
WALTER LUIZ DE MIRANDA RODRIGUES
CLAUDIO MAGALHÃES DO AMARAL
CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL

GABRIELA ANDRADE CUNHA

SUPERVISORA

SEÇÃO DE ANÁLISE DE SANÇÕES CONTRATUAIS E RECURSOS/SJA

MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS

COORDENADORA

COORDENADORIA DE ANÁLISE NORMATIVA DE ATOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTRATAÇÕES/SJA

LUCIANA BARÃO RODRIGUES

DIRETORA

SUBSECRETARIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA BARÃO RODRIGUES**, Diretora de Subsecretaria, em 18/06/2026, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA ANDRADE CUNHA**, Supervisora, em 18/06/2026, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS**, Assessora, em 18/06/2026, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1846500** e o código CRC **208F9876**.